



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

Votação única em 30/06/26

"Compromisso com a verdade e respeito à população"

Aprovado por

6 x 0 (seis
votos x zero)

Rejeitado por

Presidente

ATA 0025/2026

5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - 16/06/2026

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, as 20:00 horas, na sede da Câmara Municipal de Icém, reuniu-se a edilidade, não constatando-se na oportunidade, nenhuma ausência. Esclareço que a presente sessão tratou-se da discussão e deliberação dos seguintes projetos: **Projeto de Lei nº 0020/2026** de autoria do Chefe do Executivo que Institui o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS MUNICIPAL, e dá outras providências; **Projeto de Lei nº 0021/2026** de autoria do Chefe do Executivo, que autoriza o Município de Icém -SP a participar do Consórcio Intermunicipal de Soluções Integradas de Serviços Públicos - CONSISP, ratifica o Protocolo de Intenções e dá outras providências e **Projeto de Lei nº 0022/2026** de autoria do Chefe do Executivo, que Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.370.221,93 (Um milhão, trezentos e setenta mil, duzentos e vinte e um reais e noventa e três centavos), e dá outras providências. Isto posto, o Presidente informou que o Projeto de Lei nº 20 havia recebido uma emenda aditiva, solicitando em seguida a sua leitura e a colocando em discussão por uma única vez. Usou a palavra a autora da Emenda, Vereadora Renata Borges de Oliveira assim se manifestando: "Eu quero deixar bem claro que sou favorável ao refis, entendo que ele é uma ferramenta importante para recuperar crédito do nosso município e permitir que contribuintes regularizem suas situações. Mas também acredito que justiça social, fiscal, não significa tratar todos de forma igual, quando as condições são completamente diferentes. Não considero justo que famílias humildes, um aposentado, uma pessoa com deficiência, um pai, uma mãe, diariamente, para cuidar de seu filho com necessidades especiais, receba exatamente o mesmo benefício de grandes devedores de alta capacidade econômica. Minha emenda não retira o direito de ninguém aderir aos refis. Pelo contrário, ele cria critérios sociais de capacidade contributiva. Ela prioriza quem mais precisa e garante condições diferenciadas para os pequenos contribuintes, microempresas, MEIs, produtores rurais e famílias em situações de vulnerabilidade. Já os grandes devedores continuam podendo aderir ao programa, mas com algumas regras equilibradas, como a entrada mínima de benefícios proporcionais à sua realidade financeira. Estamos falando de justiça, responsabilidade e sensibilidade social à população que mais precisa. Quem tem menos precisa de mais apoio do poder público. Quem tem maior capacidade econômica pode contribuir de forma mais justa para o desenvolvimento do nosso município. Meu compromisso sempre foi com a população. Quem mais precisa, sem abrir mão da responsabilidade com os recursos públicos. Por isso, peço o apoio dos nobres colegas aqui, para que possamos aproveitar uma emenda que torne o refis mais humano, mais justo e mais próximo à realidade da nossa população. Tratar com igualdade... tratar igualmente os desiguais não é justiça. Justiça é olhar para a realidade de cada cidadão e garantir que o poder público esteja ao lado de quem mais precisa. Eu recebi aqui também... com todo o respeito, da Procuradoria da Casa, um parecer que se diz que a minha emenda está inconstitucional. Peço licença para mostrar com lei, com jurisprudência na mão, que esse parecer equivoca-se na própria base. Primeiro ponto: o



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

parecer afirma que a própria matéria tributária é iniciativa exclusiva do Prefeito. Isso simplesmente não é verdade. O Supremo Tribunal Federal, em decisão da recuperação geral que vincula todo o país, já fixou em tese e não exige reserva de iniciativa para as leis da natureza tributária, inclusive para os que concedem renúncia fiscal. Lei Tributária é de iniciativa geral. Qualquer parlamentar pode propor ou, mais razão ainda, pode emendar. Se posso até criar ou refogar tributo para iniciativa parlamentar, e posso, como é que não poderia apresentar uma emenda com um programa de parcelamento? O parecer simplesmente ignorou esse precedente. Segundo ponto: Diz que a emenda aumenta a despesa. Não aumenta. A Constituição proíbe aumento de despesa. E não pode confundir despesa com receita. A minha emenda faz ao contrário do que parecer teme. Ela restringe os benefícios aos grandes devedores e cria uma trilha social para quem mais precisa. Ela protege a arrecadação e aperta o cinto dos grandes. Não estou abrindo o cofre. Nós estamos cuidando dele. O terceiro ponto: o parecer apoia-se em julgamento do Supremo. Basta ler a ementa transcrita no próprio parecer, aquela no caso tratava -se de um aumento de salário de servidores de uma assembleia. Porém, a emenda é parlamentar. Nada, absolutamente nada a ver com o programa de recuperação fiscal. Comparar uma coisa com a outra é comparar laranjas com bananas. O precedente, certo? O que vale para o nosso caso é o tema 682. Esse parecer não mencionou hora nenhuma aqui. Quarto ponto: o próprio parecer reconhece ao final que é opinativo e não vincula essa casa. Ou seja, a palavra final é nossa, de nós vereadores. Fomos eleitos justamente para legislar, não apenas para carimbar o que vem do Executivo. Senhores, não há vício na iniciativa, porque tributo não é matéria exclusiva do Prefeito. Não há aumento de despesa em hora alguma, porque a emenda preserva a receita. Não há quebra de pertinência, porque a emenda trata do próprio refis. e não há vinculação, ao parecer, porque ele mesmo se diz opinativo. Isso é uma escolha política, legítima, dar prioridade aos pequenos contribuintes e exigir mais grandes escolhas dessa casa. Muito obrigada”. Usou a palavra o Vereador Danilo expressando -se dessa forma: “Senhor Presidente, público presente, quero cumprimentar aqui, primeiramente, ao Vereador Rogério Pereira, dizendo que foi uma luta aqui para que esse projeto chegasse aqui em nossa Casa de Leis, o Refis demorou muito. A ex-Prefeita, engavetava esse projeto, deixando de envia-lo para esta Casa e a nossa população hoje já está sofrendo com as execuções fiscais. Bom, referente a essa emenda apresentada, eu confio muito no procurador jurídico dessa Casa, que deu o parecer dizendo que essa emenda é inconstitucional, pois acaba onerando os cofres públicos, teria que vir da forma correta, lá de cima para cá, um projeto que criasse a isenção de pessoas no Bolsa Família, ou seja, pessoas idosas. Eu e o Vereador Edgar, fizemos para a próxima sessão uma indicação neste sentido. Eu já fiz algumas emendas aqui que tive que retirar, o Dr. Vinícius sempre falou para mim, essa indicação não pode, é inconstitucional, e eu sempre respeito o meu procurador da Casa, então eu vou seguir conforme que ele está apresentando aqui. Ele me deu um parecer que a emenda é inconstitucional, então eu não posso votar a favor dessa emenda, concluiu”. Usou a palavra o Vereador Edgar assim se manifestando” Boa noite aos colegas vereadores, nosso público aqui presente, da Lourdinha, e a nossa população que nos assiste pelas redes sociais. A emenda da vereadora Renata é muito pertinente, olha muito o lado social. Gostei, mas assim,



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

eu vou no mesmo sentido das palavras do Vereador Danilo. Eu já fiz indicações ao Executivo para que dê isenção de PTU a pessoas com doenças impactantes, doenças incuráveis. Foi uma ideia que nós tivemos agora. Eu e o Vereador Danilo, já no final da semana passada. Agora nós temos a emenda que aborda alguns temas desses aqui, dando indicação para o Executivo para ter essa sensibilidade. A emenda da senhora tem um parecer jurídico da nossa Câmara, do nosso Procurador. É o que eu falo, eu não sou um jurista, não tenho conhecimento técnico suficiente para concordar ou discordar. Vossa Excelência leu um parecer aí, achei interessante, mas a gente tem que seguir o que o nosso procurador fala. Então, eu também estou com o procurador aqui pela inconstitucionalidade da emenda. Usou a palavras o Vereador Matias no exato momento em que houve um problema técnico na transmissão da presente sessão, fazendo com que a mesma fosse suspensa por alguns minutos. Reiniciando os trabalhos, o Vereador Matias, assim se manifestou: “Então, referente ao parecer jurídico até respeito, é lei, tudo bem. Mas a emenda da Renata é mais para ajudar a população. Então, eu estou com a Renata, o meu voto é dela, a favor dessa emenda”. Usou a palavra o Vereador Pedro Lucas fazendo o seguinte comentário: “Com relação a esse projeto do Refis, a gente já vem estudando há alguns dias, eu fiz alguns levantamentos, porque a gente notou que ele não possui um impacto, e a gente fala muito disso, então a nossa função enquanto vereador é buscar. Eu me instruí no setor de tributos da Prefeitura Municipal, com o servidor Antonian, que é o responsável, Hoje existe o valor de R\$ 5.557.740,13. São 1.665 inadimplentes, no período de 2018 a 2026, entre protestados e execuções judiciais. De juros, isso acumula R\$ 445.590 e de multa R\$ 1.516.826,20. Só que é importante destacar que nesse valor aqui estão inclusos grandes devedores, por exemplo, os bancos aqui do nosso município. Nós temos bancos que estão em disputa judicial com a Prefeitura, que estão incluídos nesse valor. Quando a gente observa os menores valores, seria na base de uns 70 mil os maiores devedores, que é a população geral, os comerciantes. A gente tinha conversado sobre diversas formas de verificar e colocar um controle no projeto. No entanto, a gente recebeu orientação aqui, da Procuradoria Jurídica da Câmara com relação à inconstitucionalidade. Existe vários julgados sobre os refis municipais com relação a isso. Eu entendo, aprecio a matéria da vereadora Renata, sou até, com relação a isso, acredito que esses benefícios são muito favoráveis, com relação ao município, gostaria até de pedir que, na próxima oportunidade, eu sei que o Executivo foi trocado, houve algumas mudanças, às vezes, o pessoal ficou afobado para mandar o projeto para cá, mas ter umas discussões para que algumas iniciativas onde existem essas matérias que são tão controversas, a gente possa dialogar melhor com o Executivo. Porque não adianta a gente mandar uma emenda para lá, com um parecer jurídico contrário, e depois o Executivo mover uma ADIM contra essa emenda. Seria um desgaste desnecessário. Então acredito assim, esse projeto está idêntico aos anteriores, na minha opinião não é um projeto perfeito, que nós vamos fiscalizar e vamos ficar de cima. com relação ao que está sendo feito, por quê? Principalmente pela nossa responsabilidade em razão da arrecadação estar caindo. Então, se a gente ver algum prejuízo para o município, nós vamos ficar de cima disso. Nós temos uma previsão de queda violenta e nós vamos observar se está sendo executado. Mas eu não posso ir a favor da emenda em razão do parecer, em razão de desconhecer com tanta profundidade



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

que a matéria exige para dizer se sim ou se não. Cita várias jurisprudências, vários temas, senhor Presidente, que às vezes a gente não tem conhecimento superficialmente falando. Então, a gente tem que se apoiar com base no que a Casa falou e aí, por isso, eu vou ser contra a emenda só por esse motivo. Agora, pelas razões sociais dela, eu sou totalmente a favor e acho, sinceramente, que o Prefeito deveria depois reanalisar e enviar um projeto que beneficie as pessoas, se assim também for possível. Usou a palavra o Vereador Rogério, assim dizendo: “Sr. Presidente, vereadores, todos presentes, boa noite. Eu sou o autor da indicação pedindo esse refis. Eu acho legal a iniciativa da vereadora Renata, acho bacana. E se essa emenda dela, que hoje recebe um parecer contrário do nosso jurídico, e é o parecer que eu tenho que seguir, que é o advogado dessa Casa, que é o advogado que a gente sempre procura para tirar nossas dúvidas, sanar as nossas dúvidas, sempre através dele. Então, todos os pareceres a gente vai através do parecer dele. Hoje eu não poderia ser diferente. Eu acho que essa atitude da Vereadora é legal para atender essas pessoas. Tinha até mais pessoas que eu queria incluir. Se a gente tiver uma conversa para o próximo ano com o Executivo para mandar um projeto mais bem elaborado, eu queria incluir outras pessoas. Na verdade, a gente não queria que ninguém pagasse. Na verdade, a gente queria que a população fosse isenta, porque a gente só paga imposto. A gente trabalha só para pagar imposto, mas eu não posso ir contra um parecer jurídico da própria Casa onde eu exerço minha função. Hoje eu até quis fazer uma emenda, o vereador Pedro tem conhecimento, o vereador Ulisses até participou de um bate-papo junto com a gente sobre isso, que era para além de tirar a multa em 100% e os juros, parcelar pelo menos até em dez vezes, mas fui orientado também pelo jurídico dessa Casa, que não poderia ser feito dessa forma, que era irregular. Então, eu me manifesto contra”. Usou a palavra o Vereador Ulisses falando exatamente assim: “Boa noite aos vereadores, ao público presente e às pessoas que nos assistem. A forma de inconstitucionalidade aqui, imposta pelo nosso jurídico, eu entendo que são de formas de visão, porque a Renata acabou de ler também um parecer jurídico, E tenho consciência que a mesma faculdade defende os dois lados. Nunca me fugiu da memória isso aí. A faculdade de Direito, para mim, ela teria que ser um lado direito e esquerdo, para cada um atuar da sua forma. Mas, embora não seja assim, eu respeito a opinião de cada um, de cada advogado. Mas perante a situação inconstitucional não, eu sou a favor, pelo fato do benefício. Tenho certeza que nós lutamos incansavelmente por essas ações, tanto para dar suporte ao pessoal quanto o imposto, seria mais uma forma de dar um benefício para essas pessoas. Então, mesmo estando inconstitucional, o nosso jurídico aqui dando o seu parecer, ele coloca aqui que é uma opinião jurídica, não tem força vinculante. É uma opinião dele, a instrução dele é que a emenda é inconstitucional, mas embora seja inconstitucional, eu sou de acordo com a emenda e respeito a opinião de cada par, cada amigo aqui, porque nós estamos aqui justamente para isso, para debater e ver os direitos e deveres de cada munícipe”. Usou a palavra o Presidente explicando sobre o problema técnico ocorrido, dizendo que o mesmo fora resolvido e que a sessão já estava sendo transmitida nas redes sociais. Ato contínuo ele disse: “Eu quero deixar aqui só uma fala, sobre o nosso jurídico da Casa, como eu sou presidente, tenho que representar a Casa. Respeito à emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 20/2026, de autoria da Vereadora Renata, mas vou ler só a parte final do parecer jurídico da



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

Câmara Municipal. Diante do exposto do ponto de vista da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, depois de observados eventuais recomendações constantes neste parecer jurídico, a conclusão é, no sentido da impossibilidade jurídica de regular a tramitação e manutenção da proposta de emenda aditiva apresentada pela vereadora, senhora Renata Borges de Oliveira, ao Projeto de Lei nº 20/2026 do Refis Municipal, em razão da manifestação de inconstitucionalidade formal decorrente da invasão da esfera de iniciativa exclusiva do chefe de Executivo em matéria tributária e fiscal, bem como do risco de majoração de custos operacionais ou redução não planejada de receita sem estudo de impacto orçamentário. Portanto, a emenda aditiva é juridicamente inviável e, caso aprovado, estará sujeita a veto pelo prefeito e a posterior controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário. Ninguém mais querendo discutir a emenda, o Presidente solicitou os pareceres das comissões responsáveis, sendo os mesmos apresentados da seguinte forma: Justiça e redação: verbal e favorável dois votos contra um e Orçamento e Finanças: verbal e desfavorável por todos os seus membros. Isto feito o Presidente colocou a referida Emenda em votação por uma única vez, sendo rejeitada por 5X3 (cinco votos contra três), Votos favoráveis dos Vereadores: Renata, Matias e Ulisses. Votos contrários dos Vereadores: Danilo, Edgar, Luzia, Pedro Lucas e Rogério. Ato contínuo o Presidente colocou o Projeto de Lei nº 20/26 em discussão por uma única vez. usou a palavra o Vereador Edgar assim dizendo: “: Eu fiz uma avaliação do projeto. Na minha opinião, o projeto vai ajudar a população. Porque um dos itens aqui, ele permite o parcelamento da dívida em 100 parcelas iguais. Então, é uma ajuda para a população, quem está em débito. E também quem, de repente, tem interesse ou tenha condições de fazer o pagamento à vista, está isentando de todos os juros e multas. Então, o projeto é interessante para quem quer quitar, regularizar, tirar seu nome de protesto, dos órgãos aí, igual o SPC e outros mais aí, Serasa, etc. Então é uma oportunidade que o governo municipal está dando para a população, para as empresas voltarem a ter o nome limpo. Aqui fala que, a partir do momento que ele faz o acordo e adere ao refis, já limpa o nome lá, e que tem que pagar pelo menos a primeira parcela. Então, o projeto vai ajudar. Claro que a emenda citada poderia ajudar mais pessoas, mas, mesmo assim, é muito favorável o projeto para a população”. Usou a palavra o Vereador Danilo assim se manifestando: “Bom, esse projeto do REFIS, como eu já falei, muitos estavam aguardando, tem pessoas que estão nos perguntando, vocês já aprovaram o projeto do REFIS? A partir de quando for promulgado e sancionado pelo Prefeito, vocês poderão estar indo no setor de tributos para fazer os seus parcelamentos, população. Veio em 100 vezes no valor de R\$ 200. Eu fui no Antonian para conversar com ele. Falei, Antonian, por que não também R\$ 100? Aí ele falou, olha, era a forma que veio para fazer esse parcelamento. Então, lembrando a vocês que quem começar, vamos supor, você vai lá no tributo, faz o parcelamento, se você não pagar, você não pode continuar no refis. E conforme as emendas que foram apresentadas aqui, as matérias que foram reprovadas, é que o senhor Prefeito, numa próxima oportunidade, dê uma atenção aqui à matéria apresentada, que é de grande excelência, também tem um projeto que pode ser criado para quem plantar uma árvore na sua casa, que pode ter um pouco da isenção do IPTU. Então, quero parabenizar ao Poder Executivo por mandar esse projeto, que é de sua obrigação, coisa que a nossa ex-Prefeita não fez questão em mandar. Usou a palavra o



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

Vereador Matias, fazendo o seguinte comentário: “Sobre o refis que foi lido na sessão passada, eu acho que ele tinha que ser mais social, mais social. Então, eu fico mais com a emenda aqui, porque o refis é mais visando a população. Para as grandes empresas tinham que ser feito de outra forma, não sei se pode, mas é só isso, sr. Presidente”. Usou a palavra o Vereador Pedro Lucas fazendo este comentário: “Sr. Presidente, colegas vereadores, eu já expressei um pouco da minha opinião com relação à emenda, mas gostaria de deixar claro de novo. Nós debatemos, o Vereador Rogério até comentou sobre a nossa iniciativa aqui em querer, de repente, parcelar em mais vezes, tirando os juros para as pessoas. Por quê? Quando a gente fala de tirar os juros, de ter essa oportunidade, às vezes, em uma vez só, a pessoa fazer o pagamento, é mais difícil. Então, a gente tem que ter uma sensibilidade. Essa é uma demanda que foi levantada pelo Rogério, por mim, pelo Ulisses, mas vai de encontro também com aquilo que a Renata, que os outros vereadores estão debatendo aqui. Então, eu vou dar o voto de confiança para o projeto, mas eu gostaria de pedir aqui, até em nome de todos os vereadores, se autorizar para o Prefeito enviar aqui para a Câmara, porque o nosso regimento diz aqui no artigo 150 que essa é uma competência do Prefeito. Então, eu vou fazer um pedido para ele, para que ele possa enviar, permitindo que até o parcelamento de 10 parcelas não tenha juros para a nossa população, para beneficiar quem realmente precisa. Porque senão também a gente cai em contradição e acaba falando o que o Matias está dizendo. A gente beneficia quem realmente tem um pouco mais de condição financeira. Então se a intenção é regularizar essas pessoas junto ao município, para que essas pessoas não fiquem protestadas, não tenham restrição do nome, o ideal é que o Prefeito envie para cá a abrangência maior de 10 parcelas, para que as pessoas tenham a oportunidade de mais facilmente poder acessar esse refinanciamento, esse refis da Prefeitura. Então, esse é o meu pedido, Presidente. Gostaria de uma atenção especial do Poder Executivo”. Usou a palavra a Vereadora Renata assim se manifestando: “Primeiramente, eu quero cumprimentar o Vereador Rogério por esse grande projeto que o senhor pediu diante do Executivo, mas eu quero deixar bem claro o que eu sempre falei, eu não sou contra o Refis. Eu entendo que ele é uma ferramenta de grande importância, é uma ferramenta para recuperar os créditos do município e permitir que os nossos munícipes contribuintes se regularizem diante do município. Mas o que eu sempre estou batendo aqui, e eu quero deixar bem claro aqui, que a maioria decidiu por votar contra a emenda. Eu respeito a decisão de cada um de vocês aqui. Apresentei a proposta por entender que ela é uma emenda de princípio de justiça. Porque, igual o Vereador Pedro falou, o maior devedor aqui é um banco. E nós estamos dando o mesmo direito para os munícipes a um banco. Eu não concordo com isso. Eu acho assim. Eu falei que tratar igualdade aos desiguais não é justiça. Dar o mesmo direito para microempreendedor, produtores rurais a um banco Eu não concordo, gente. É por isso que eu fiz essa emenda. Agora, é igual nós estamos falando. Eu respeito completamente o nosso jurídico aqui, mas acho que a gente poderia ter revisto isso com mais calma, todo mundo junto, como sempre foi feito aqui, estudar essa emenda, conversando um com o outro, tirando outros pareceres, porque, igual o Ulisses falou, nem sempre um está certo e o outro está errado. Diante disso, eu vou ficar batendo na tecla, vou tentar levar isso para frente, porque eu não concordo que os nossos munícipes, as pessoas mais carentes, as pessoas mais



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

necessitadas, tenha a mesma comparação de um banco”. Usou a palavra o Vereador Rogério assim dizendo: Esse projeto do Refis, como já disse na minha outra explanação, foi uma indicação minha, com o intuito de ajudar a nossa população, essas pessoas que estão em débito, essas pessoas que querem sanar suas dívidas diante ao município e andar tranquilo. A gente deu a ideia de parcelar em dez vezes, sem multa, sem juro. Mas como já fala no nosso regimento que é competência do Prefeito, a gente está dando uma ideia, que se ele quiser parcelar em 20, 15, 30, quanto mais, melhor para a nossa população. Quero dizer que estude o próximo projeto, que abranja mais pessoas, que abrace, se for por lei, se puder, a emenda da vereadora Renata numa próxima ocasião, e atinja outras pessoas também que necessitam. Porque esse já é um projeto para ajudar, o Refis é para ajudar a população que está em débito. Então, quanto mais ajuda para a nossa população, melhor. Fico feliz aí pelas palavras dos colegas e acredito que esse projeto será aprovado e beneficiará muito a nossa população, que é o mais importante. Usou a palavra o Vereador Ulisses, assim se manifestando “Primeiro gostaria de parabenizar o Vereador Rogério, porque é uma briga dele já faz um tempo que ele tem pedido para os Prefeitos, para Prefeito anterior e pediu também agora para o Prefeito atual, para que desse esse incentivo para a recuperação fiscal, para que fizesse o refis para todos os munícipes, empresas, todo mundo que quisesse regulamentar perante a Prefeitura, tivesse condições. Então, tenho certeza que o projeto é bem aceito por todos, tanto pelas empresas quanto pelos munícipes e é de suma importância para que dê andamento na fiscalização tributária do nosso município, que todos estejam legais de acordo com a sua tributação. Perante o projeto, o Pedro disse que deu uma ideia, o Rogério, nós fomos conversar com um jurídico e ele disse para que nós até viabilizassem a emenda, só que, de acordo com o que os meninos estão dizendo, pelo Regimento nós não temos condições. Embora o nosso Regimento seja muito ultrapassado, precisa de uma regulamentação fazer uma reorganização, como? Uma atualização do Regimento o mais breve possível, que se não me engano até o senhor Presidente já está vendo esta situação. O Pedro deu uma ideia, o Rogério deu uma ideia, eu queria dar mais uma ideia também para o Executivo. Porque quando nós falamos de R\$ 200 a parcela mínima, o valor mínimo para uma empresa, para uma pessoa controlada, R\$ 200 é pouco. Mas para um pai de família que ganha um salário mínimo ou seja, uma aposentadoria de R\$ 1.800 é muito. Então, como nós estamos aqui para avaliar e fazer os critérios pertinentes para beneficiar a todos, quando o Prefeito fizer a nova avaliação do refis e mandar alguns critérios, que ele possa baixar esse valor de R\$ 200,00 para que um pai de família que ganha R\$ 1.800,00 possa aderir, porque às vezes ele não tem condições de pagar os R\$ 200,00, mas que ele tenha condições de pagar R\$ 50, R\$ 80, R\$ 100 perante o valor da dívida. Então, tenho certeza que o intuito desse projeto é a regularização de todos, e para que nós permitamos que todos sejam regularizados, teria que abaixar o valor dessa parcela. Ninguém mais discutiu e o Presidente solicitou os pareceres das Comissões responsáveis foram solicitados, sendo estes escritos e favoráveis. Isto feito, o referido projeto foi colocado em votação por uma única vez, sendo aprovado por 8X0. Na sequência, o projeto de Lei nº 21/2026, foi lido e colocado em discussão por uma única vez. Usou a palavra o Vereador Danilo assim se manifestando: “eu sou favorável a esse projeto, eu entrei em contato para tirar minhas dúvidas, com a ex-prefeita



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

Mirelle Martins, de Orindiúva, que ela é a presidente desse consórcio. Ela falou para mim, Danilo, você pode aprovar esse projeto com toda a forma que você achar, porque eu sou a presidente, inclusive, aderindo a esse consórcio, ela me informou que o conselheiro Dimas Ramalho, do Tribunal de Contas, vê como uma boa alternativa os municípios aderirem os consórcios em sua legalidade. Então, como a Prefeita Mirelle Martins, a qual eu tenho uma grande admiração por ela, pois ela é uma excelente Prefeita, E eu tenho certeza que com esse consórcio também, isso aí estará muito bem representado”. Usou a palavra a Vereadora Renata falando exatamente essas palavras: “Quero deixar registrado aqui que votarei favorável a este projeto, porque entendo que não pode perder oportunidades em buscar recursos, investimentos e melhoria para a população. No entanto, eu faço este voto com responsabilidade, mas também tem algumas preocupações que considero importante deixar registrado aqui nesta Casa. Primeiro, me preocupo pelo fato de estarmos autorizando a participação de consórcio com prazo indeterminado, assumindo obrigações financeiras futuras, que ainda não estão totalmente definidas para esse legislativo e para nossa população e também me preocupo com a previsão de contrato de rateio, contribuições financeiras e possíveis despesas futuras que poderão ser assumidas pelo nosso município. Precisamos ter clareza sobre custos reais dessa participação, quais serão os benefícios concretos para a Icém e a outra preocupação é que o consórcio, por si, é uma área de atuação muito ampla. É a mesma coisa você entrar no Shopping Center e comprar o que você quiser. Tem tudo lá nesse consórcio. É só você chegar e tem de tudo. Então, me preocupa bastante. Por isso, será fundamentada uma transparência total. Eu gostaria que o Executivo, fosse bem transparente, seja devidamente acompanhado pelos órgãos de controle do nosso município, pela nossa Câmara Municipal, que sejamos bem atuantes junto ao Executivo, para que possamos juntos verificar isso. Além disso, como vereadora, tenho a obrigação de fiscalizar, para que nossos recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente. Mesmo diante dessas preocupações, eu não quero que amanhã alguém fale: a vereadora Renata não votou no consórcio, então não vão vir investimentos e oportunidades, Icém deixou de receber. Jamais, gente. Eu sempre estarei lutando pelo nosso município, pelo que é melhor para a nossa população, mas com responsabilidade. Mas deixo também bem claro que meu voto é favorável, mas não é um cheque em branco para gastar em um Shopping Center. acompanharei, fiscalizarei, cobrarei a transparência do Executivo, resultados que forem dados diante desse consórcio, porque nós temos que ter responsabilidade com o dinheiro público. Esse é o nosso compromisso diante da nossa população. Muito obrigada”. Usou a palavra o Vereador Pedro Lucas assim dizendo: “Quero dizer que eu vou votar a favor do consórcio. Em outras oportunidades o município já teve outros consórcios aqui, como o CODEVAR, que por muitos anos o município participou. No entanto, eu respeito o que a Vereadora Renata falou e eu gostaria de ir de encontro também. Eu acho que o papel dessa Câmara é fiscalizar, então no momento que tiver esses atos do Poder Executivo, cabe a nós fiscalizar, acionar o Ministério Público, Tribunal de Contas, para verificar a legalidade desses atos, porque ninguém está imune. Todo nós temos que observar cada ato feito pela administração municipal. É por isso que nós estamos aqui. E, em havendo prejuízo para o município, é lógico que nós devemos, sim, tomar as providências. Eu vi o estatuto aqui, dei uma



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

observada, vi na Receita Federal a regularidade do consórcio. Vi que ele tem aqui também na carta de intenção algumas obrigações como valor já fixado da mensalidade pelo município, mas eventuais obrigações futuras serão observadas pela Câmara. Eventuais obrigações assumidas por decreto, nós iremos observar aqui e também atas de registro de preço, contratos de programa, contratos de rateio, enfim, tudo mais. Nada está imune, ninguém é superior à lei e o nosso papel aqui é fiscalizar e assim nós faremos. Pelo menos da minha parte, estou assegurando isso. Mas acho importante o município ter um diálogo regional. Estou vendo aqui Orindiúva, Riolândia, Paulo de Faria, Palestina, várias cidades. Vamos dar o voto de confiança, como demos em outras oportunidades para a ex-prefeita. Espero que não sejamos decepcionados. Usou a palavra o Vereador Ulisses dizendo: “Eu também quero deixar o meu voto explícito aqui, porque eu entendo que o consórcio é uma forma dos pequenos municípios conseguirem, conseguir comprar e aderir aos programas. Porque a cidade de pequeno porte é difícil ter recurso próprio para comprar, para ter disponível. Então, nós temos que dar esse ato de confiança para o Prefeito administrar e eu tenho certeza que nós, Vereadores, estaremos aqui para ver todos os atos e os fatos que acontecerão conforme ele for participando do consórcio. Nós estaremos aqui para analisar, averiguar e ver a forma correta que está se aplicando o dinheiro, os preços que estão sendo pagos. Então, eu vou votar pela adesão do consórcio”. Usou a palavra o Presidente assim dizendo: “Antes de passar para a votação, eu queria deixar o meu apoio, porque eu procurei saber, há um tempo atrás, na administração anterior, e estava sendo estudado um consórcio onde teria um custo mensal para o município de 10 mil reais, que era o consórcio SINORP de Votuporanga. E, conforme o Vereador Danilo falou de Orindiúva é muito mais fácil a gente pedir informação. Esse consórcio de hoje, que está sendo aprovado aqui, é um salário mínimo. Então, isso mostra uma diferença muito grande, significativa, aos cofres públicos. Ninguém mais querendo discutir o projeto, foram solicitados os pareceres das comissões responsáveis, sendo estes escritos e favoráveis. Na sequência, o referido projeto foi colocado em votação por uma única vez, sendo aprovado por 8X0. Ato contínuo, o Projeto de Lei nº 22/26 foi lido e colocado em discussão por uma única vez. Usou a palavra o Vereador Danilo, assim dizendo: Sobre esse projeto eu quero parabenizar o Vereador Pedro, o Vereador Rogério, o Vereador Ulisses e a Vereadora Renata, pela emenda conquistada junto ao Deputado Estadual Dr. Valdomiro Lopes, para a reforma da nossa Associação Atlética. Até esse dia me ligaram e falaram assim, Danilo é um valor muito alto, tem coisa errada nisso. E eu falei para a pessoa, não se tem coisa errada, por quê? Como que eu vou deixar uma obra naquela situação? E aqui é o esforço dos vereadores, é aquilo que eu sempre falo. Eu defendo muito essa Casa, pode haver as diferenças, cada um pode ter as suas diferenças políticas, mas eu não aceito falar que essa Casa de Leis não trabalhou. Cada vereador aqui trouxe emendas parlamentares que estão aí, que deixou o Caixa da Prefeitura em uma boa situação. Então, parabenizo a vocês. Espero que essa obra seja muito bem executada, que quem ganhar essa licitação faça o melhor. Eu estarei lá acompanhando quando iniciar essa obra, fiscalizando, pois é meu papel, e fico muito feliz em poder... em ter a esperança de ver a Associação Atlética sendo entregue à população. A vocês, parabéns. É como eu sempre falei, as divergências vão existir, mas o trabalho de cada vereador aqui segue



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

sendo feito com muita maestria. Usou a palavra o Vereador Edgar dizendo: “Quero aqui cumprimentar e dar os parabéns aos vereadores já citados aqui, Vereador Danilo, Vereadora Renata, Vereador Ulisses, Pedro, Vereador Rogério, que fizeram um trabalho de excelência, conseguiram uma emenda generosa de 800 mil reais, que vai contribuir, essa obra está parada lá já há alguns anos, bem no centro da cidade, uma obra feia, acabando com a estética do nosso centro, então vai trazer muitos benefícios para a população, tenho certeza. E também não posso deixar aqui de agradecer e dar os parabéns já para o Prefeito Rogério, porque essa é uma emenda de R\$ 800 mil, mas que tinha que ter uma contrapartida do município. E fiquei sabendo aí, segundo eu apurei, que a emenda venceria no sábado, no dia que o Prefeito assumiu. Provavelmente ele ia perder essa emenda. Então ele endossou, deu crédito aqui para fazer a emenda, entrar com o recurso próprio. Então a gente tem que dar os parabéns para ele pela iniciativa, porque deixar perder R\$ 800 mil, gente, acho que é um ato de covardia do Executivo, se fazer isso aí. Porque é tão difícil os vereadores trabalharem e ir atrás da emenda, conseguir a emenda junto com seus Deputados e depois se perder por mera vaidade. Então, deixo aqui meu reconhecimento aos Vereadores e ao Prefeito Rogério, que começou com o pé direito, fazendo o que é certo. Usou a palavra a vereadora Renata, fazendo o seguinte comentário: “Hoje nós estamos aqui diante de uma importância, grande conquista para a nossa população. A Associação Atlética representa um sonho de muitas pessoas aqui. um espaço de conveniência, de esporte, que é um sonho de muitos munícipes. E foi nosso sonho também, onde nós corremos atrás, eu, o Vereador Pedro, o Vereador Ulisses, o Vereador Rogério. Eu quero agradecer profundamente ao Valdomiro Lopes, nosso Deputado, pelo valor de 800 mil que ele destinou para essa emenda, um valor bem significativo. Mas também, como diz o Edgar aqui, vou agradecer ao Executivo também, pelo compromisso também em garantir que essa contrapartida venha para o nosso município. Eu falo assim, que eu não estou aqui, não sou do lado A, ou do lado B, eu sou do lado da população, sempre falo isso em todas as minhas falas. Quando a gente também vê que está tendo boa fé do Executivo, nós temos que elogiar também. Obrigada, Valdomiro Lopes, pelos 800 mil, obrigado. ao Executivo por estar destinando também essa contrapartida para o grande sonho de muitos munícipes nossos também. Usou a palavra o Vereador Pedro fazendo o seguinte comentário: “Sr. Presidente, colegas Vereadores, para mim e para os colegas, hoje é um dia de felicidade, porque nós estamos dando mais um passo dessa conquista para a população icemense. Então, aqui em meu nome, do Vereador Rogério, do Vereador Ulisses e da Vereadora Renata, queremos, primeiramente, agradecer ao Deputado estadual Dr. Valdomiro Lopes. São poucos Deputados que têm essa sensibilidade de mandar um valor tão significativo para uma cidade que é pequena, tem poucos votos. Então é um Deputado que tem bons olhos com Icém. O meu agradecimento a ele e dizer que esse trabalho não começou hoje. Nós fomos o ano passado para São Paulo buscar recursos, muitos nos criticaram, muitos políticos aqui da nossa cidade inclusive nos atacaram. Por quê? Às vezes uma emenda nesse valor incomoda mesmo, mas é sinal de trabalho, de responsabilidade. E eu quero agradecê-lo por esse investimento para as 100, porque não são poucos meses ou anos, são 25 anos que a associação está abandonada. E fazer um agradecimento ao Poder Executivo. Esse projeto começou com a ex-Prefeita, no entanto, a gente tem agora uma



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

resolução por parte do Rogério, uma resolução rápida, que demorou dois dias da administração dele para ele destravar essa questão, porque infelizmente está disponível para vir aqui para a Câmara desde o dia 24 de março. Então, seria muito complicado se a gente perdesse essa emenda ou se ela atrasasse, em razão do período eleitoral que tem agora, e a gente sabe que tudo para. Então, nós contamos com o bom senso do Rogério, com a análise do orçamento. Eu não posso dizer que... É difícil realmente dar esse valor de contrapartida. Mas nós também, enquanto vereadores, assumimos a responsabilidade de ajudar o município. E estamos ajudando, porque quando você pega o orçamento da prefeitura hoje, você vê que ele está inflado, mas boa parte dele são emendas parlamentares que a gente trouxe. Então está aí o trabalho da Câmara. Então agradecer ao prefeito, que resolveu em dois dias uma demanda que estava parada desde o dia 24, do 3 de 2026. E eu espero, presidente, que tenha tempo de licitar e que essa conquista possa chegar à população da melhor forma possível, porque é um trabalho. A gente sabe que tem muitas necessidades, muitas frentes que precisam ser atendidas e nós estamos fazendo isso. Estamos buscando na saúde, estamos buscando no lazer, da maneira que podemos e nas aberturas que temos. Só quem busca e quem tem esse contato sabe que, muitas vezes, não é da maneira que queremos. Mas, naquilo que vemos que vai beneficiar a cidade, o lazer das cidades, o comércio da cidade, nós vamos, buscamos, fazemos e deixamos na história de Icém uma emenda tão grande como essa e uma ajuda tão benéfica para a população da nossa cidade”. Usou a palavra o Vereador Rogério dizendo: “Fico feliz que esse projeto esteja aqui na nossa casa. Também quero agradecer ao Executivo pela rapidez que mandou, para que a gente não perdesse esse valor. E a gente, na verdade, não perderia só os 800 mil reais. A gente perderia 1 milhão 300 e alguma coisa, porque a Prefeitura teria para realizar aquela obra, pagá-la na sua totalidade. Então, eu agradeço também aqui o companheirismo dos Vereadores pelo apoio a esse projeto. Quero dizer que essa Casa sempre trabalhou em prol do nosso município, em busca de recursos, todos os Vereadores aqui. Fomos em busca desse recurso, chegamos lá, o Deputado estava em reunião, tivemos que esperar, tivemos que voltar, mas persistimos e graças a Deus hoje o resultado está aí. A verba para o nosso município. Quero agradecer meus companheiros aí, o Pedro, a Renata e o Ulisses, que juntamente comigo foram em busca dessa emenda, e dizer que 25 anos não são 25 dias. Um local, um símbolo da nossa cidade, bem no centro e hoje vamos dar condições para que seja realizada aquela obra e que seja aproveitada de uma melhor maneira a nossa população. Obrigado, Sr. Presidente. Usou a palavra o Vereador Ulisses, assim se manifestando: “Eu também gostaria de deixar aqui o meu apoio à abertura desse crédito, porque vai de encontro a um sonho muito antigo aqui da nossa sociedade, embora anos anteriores, nós conseguimos um recurso lá para a Associação Atlética, infelizmente, por força de vontade do Prefeito na época, não fazer a planta baixa, a planilha de custo, não foi possível a construção. Na época, nós tínhamos 1.250.000 numa emenda federal. e, infelizmente, nós não conseguimos concluir a obra. Quando nós saímos em campanha, saímos falando que ia fazer a associação atlética e o peer lá da represa, ia revitalizar, ia fazer. Nós tínhamos conseguido uma emenda de dois milhões e meio. Mas, infelizmente, por falta de vontade do ex-Prefeito na época, nós não conseguimos. Mas, o trabalho não para. Graças a Deus, nós fomos eleitos e, como os outros

☎ (17) 3282-2135

✉ camaraicem@hotmail.com

🗉 ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br

🌐 www.camaraicem.sp.gov.br

📺 youtube.com/@camaramunicipaldeicem

📘 facebook.com/camaramunicipiodeicem

📍 Av. Símpliciano Custódio da Silveira, N° 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP



CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

“Compromisso com a verdade e respeito com a população”

vereadores disseram, continuamos a busca e agora, consequentemente, com o Valdomiro Lopes, buscamos emendas novamente. E dizer sobre essas emendas, que as palavras não podem fazer curva. Quando você assume um compromisso, você tem que cumprir, porque quando não cumpre, dificulta tudo. Nós sabemos que todas as emendas precisam de contrapartida. E quando você assume um compromisso, não pode depois tirar a sua palavra do jogo, porque a emenda fica totalmente desconstruída e inapta a receber no município. Mas o Rogério entrou agora e conseguiu, em conversa com os Vereadores, dar sustentação à palavra e que é um sonho da sociedade aqui, de fazer a revitalização da Associação. Não a revitalização, vai ser a construção, aproveitar poucas paredes. Mas eu tenho certeza que é uma obra de grande valia para o nosso município e que o Prefeito possa dar suporte à emenda e que faça a obra da melhor maneira possível, porque todos nós aqui iremos e continuaremos correndo atrás de emendas parlamentares para o desenvolvimento do nosso município. Obrigado, seu presidente”. Usou a palavra o Presidente dizendo: “Quero aqui também deixar os meus parabéns à Vereadora Renata, ao Vereador Pedro, ao Vereador Rogério e ao Vereador Ulisses. Vocês quatro empenharam junto ao Deputado, para conseguir essa verba para a Associação. E da mesma forma, agradecer ao Prefeito Rogério, que entrou com a contrapartida e no serviço de parceria entre Câmara, em nome de vocês, Vereadores, que trabalharam para isso, junto com o Executivo, vai fazer uma grande obra, que é muito importante para nós, não só pelo lazer, mas por ser no centro da cidade, onde, há vários anos, nós passávamos e víamos aquela coisa horrível no nosso centro. Então vai embelezar e eu quero aqui, novamente, deixar todo o meu apoio a esse projeto e parabéns a vocês quatro. Ninguém mais discutiu e os pareceres das Comissões responsáveis foram solicitados, sendo estes escritos e favoráveis. Em seguida o mesmo foi colocado em votação por uma única vez, sendo aprovado por 8X0. Sem mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrado a presente sessão e assim o fazendo sob a proteção de Deus. E para constar, eu Renata Borges de Oliveira, 1ª Secretária, mandei lavrar a presente ata que será lida e aprovada se achada conforme.

Icém 16 de junho de 2026.

JORGE PAULO DE OLIVEIRA
Presidente


RENATA BORGES DE OLIVEIRA
1ª Secretária

LUZIA MARTINS MALHEIRO
2ª Secretária

Votação única em 30/06/26

Aprovado por 6 x 0 (reis)

Rejeitado por 0 x 0 (zero)


Presidente